

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 16\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu caso.

ASSINATURAS

	ANO	Semestre
Para o País	500\$00	300\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00

AVULSO: por cada duas páginas 4\$00

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que se forem depois da data fixada serão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Ordem n.º 3/81:

Designa o Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro Ministro, para assegurar as relações entre o Governo e a Assembleia Nacional Popular.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

Despacho n.º 34/81:

Fixando pensões anuais de 144 000\$ respectivamente a Iva Maria Ataíde Vilhena Cabral, Ana Luíza Ataíde Vilhena Cabral e Indira Abel de Sá Cabral, filhas de Amílcar Cabral.

Despacho n.º 35/81:

Fixando o subsídio mensal de 12 000\$ respectivamente a Fernando Cabral, Amílcar Cabral e Kitana Cabral, filhos de Luiz Severino de Almeida Cabral.

Despacho n.º 36/81:

Fixando o subsídio mensal de 4 500\$ a Obed Otto Schacht, filho menor de Otto Schacht.

Despacho n.º 37/81:

Fixando o subsídio mensal de 8 000\$ a Aisatu Correia Djaló e Mariana Correia Djaló, filhas menores de Umaru Djaló.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

Portaria n.º 78/81:

Fixa os preços de venda dos refrigerantes da marca Sumol.

Gabinete do Primeiro Ministro

Direcção-Geral da Função Pública.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Ordem n.º 3/81

de 14 de Setembro

O Conselho de Ministros, conforme deliberação tomada em sua sessão ordinária de 2 de Setembro de 1981, decide o seguinte:

Artigo 1.º É designado o Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro Ministro para assegurar as relações entre o Governo e a Assembleia Nacional Popular.

Art. 2.º É designado o mesmo membro do Governo para desempenhar as funções de porta-voz do Conselho de Ministros.

Art. 3.º A presente Ordem entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Primeiro Ministro, 2 de Setembro de 1981.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—o—

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

E

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Despacho n.º 34/81

Nos termos do n.º 2 do Decreto n.º 95/81, de 29 de Agosto, são fixadas as seguintes pensões anuais às filhas de Amílcar Cabral adiante indicadas:

1 — Iva Maria Ataíde Vilhena Cabral ...	144 000\$00
2 — Ana Luíza Ataíde Vilhena Cabral ...	144 000\$00
3 — Indira Abel de Sá Cabral	144 000\$00

A Secretaria de Estado das Finanças tomará as providências necessárias à execução do presente despacho.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho último.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 7 de Setembro de 1981.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*. — O Ministro da Economia e das Finanças, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Despacho n.º 35/81

Nos termos do n.º 2 do Decreto n.º 96/81, de 29 de Agosto, são fixados os seguintes subsídios mensais aos filhos de Luís Severino de Almeida Cabral adiante indicados:

1 — Fernando Cabral	12 000\$00
2 — Amílcar Cabral	12 000\$00
3 — Kitana Cabral	12 000\$00

A Secretaria de Estado das Finanças tomará as providências necessárias à execução do presente despacho.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho último.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 7 de Setembro de 1981.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*. — O Ministro da Economia e das Finanças, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Despacho n.º 36/81

Nos termos do n.º 2 do Decreto n.º 98/81, de 29 de Agosto, a Aisatu Correia Djaló e Mariana Correia Djaló, filhas menores de Umarú Djaló, é fixado o subsídio mensal de 8 000\$.

A Secretaria de Estado das Finanças tomará as providências necessárias à execução do presente despacho.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho último.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 7 de Setembro de 1981.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*. — O Ministro da Economia e das Finanças, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Despacho n.º 37/81

Nos termos do n.º 2 do Decreto n.º 97/81, de 29 de Agosto, é fixado o subsídio mensal de 4 500\$ a Óbed Otto Schacht, filho menor de Otto Schacht.

A Secretaria de Estado das Finanças tomará as providências necessárias à execução do presente despacho.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho último.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 7 de Setembro de 1981.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*. — O Ministro da Economia e das Finanças, *Oswaldo Lopes da Silva*.

—oço—

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Comércio,
e Turismo**

Gabinete do Secretário de Estado

**Portaria n.º 78/81
de 14 de Setembro**

Manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado do Comércio e Turismo, o seguinte:

1.º Os preços fixos de venda dos refrigerantes da marca Sumol são os seguintes:

Níveis de comercialização	Preços fixos de venda
À porta da fábrica, Santiago, e no cais das restantes ilhas.	216\$00/grade de 24 garrafas
No grossista	264\$00/grade de 24 garrafas
No retalhista	14\$00/garrafa
Nos bares, cafés e estabelecimentos hoteleiros e similares	15\$00/garrafa

2.º Os preços referidos no número anterior são acrescidos das seguintes importâncias, devidas por caução, na venda para consumo fora do estabelecimento:

- a) 7\$50 por cada garrafa;
- b) 120\$ por cada grade.

3.º Os retalhistas e similares podem abastecer-se directamente na fábrica mas esta só é obrigada a satisfazer encomendas, para entrega por uma só vez, de quantidades iguais ou superiores a 20 grades, abrangendo quaisquer tipos de refrigerantes.

4.º Fica revogada a Portaria n.º 14/80, de 1 de Março.

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, 3 de Setembro de 1981. — O Secretário de Estado, *Oswaldo Miguel Sequeira*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 27 de Julho de 1981:

Etelvina do Nascimento Teque, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, da Direcção do Trabalho, colocada em S. Vicente — concedidos 90 dias de licença registada, a partir de 21 de Julho de 1981, inclusivé.

De 17 de Agosto:

Maria Teresa Semedo Duarte Rodrigues Pires, 2.º oficial da Direcção-Geral de Educação, do Ministério da Educação e Cultura — requisitada, ao abrigo do disposto no Decreto n.º 14/77, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

Isento de «visto» do Tribunal Administrativo e de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto n.º 52/79, de 9 de Junho.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na execução do capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente.

De 18:

Agnelo Gonçalves, enfermeiro, aposentado — contratado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 21/76, exercer o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Saúde, com o vencimento de 10 400\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 17.º, do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Setembro de 1981).

Isabel Maria Gonçalves, servente assalariada da casa civil da Presidência da República — transferida, por conveniência de serviço, para o quadro de pessoal do Departamento do Ensino Primário, do Ministério da Educação e Cultura, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1981.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 25.º, artigo 198.º do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 31 de Agosto de 1981).

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 23 de Julho de 1981:

Gilberto de Castro Duarte Lopes — nomeado para interinamente, desempenhar as funções de 3.º secretário de embaixada, ficando exonerado do cargo de chefe de secção, interino, a partir da data da posse no novo cargo. A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 16.º, artigo 20.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 1 de Setembro de 1981).

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 29 de Março de 1981:

Idil Socorro Monteiro Fontes Barbosa Andrade Martins, 3.º oficial, provisório, do quadro da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada definitivamente no referido cargo.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 31 de Agosto de 1981).

De 10 de Agosto:

Miguel Henrique Carvalho Siva, João Aqueleu Jenner Barbosa Amado, Severiano Freire Moreira e Noel Martins da Costa, 2.ºs oficiais de nomeação definitiva, da Direcção-Geral da Administração Interna — promovidos, mediante concurso, a 1.ºs oficiais da mesma Direcção-Geral.

Maria de Fátima da Luz, Alcindo Diniz Évora Oliveira e Pedro Mendes Teixeira, 3.ºs oficiais, interinos, da Direcção-Geral da Administração Interna — promovidos, mediante concurso a 3.ºs oficiais, provisórios, da mesma Direcção-Geral.

Idil Socorro Monteiro Fontes Barbosa Andrade Martins e João Alves, 3.ºs oficiais, definitivos, da Direcção-Geral da Administração Interna — promovidos, mediante concurso a 2.ºs oficiais, da mesma Direcção-Geral.

Tibúrcio Pereira Moreira, Albertina Nascimento Fortes, Lígia Filomena Spencer Silva e Maria Ivone Gomes Semedo, aspirantes, interinos, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, mediante concurso, aspirantes, provisórios, da mesma Direcção-Geral.

De 11:

Noel Martins da Costa, 1.º oficial, definitivo, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de chefe de secção.

Idil Socorro Monteiro Fontes Barbosa Andrade Martins e João Alves, 2.ºs oficiais, definitivos, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem o cargo de 1.º oficial, interino.

Maria de Fátima da Luz, Alcindo Diniz Évora Oliveira e Pedro Mendes Teixeira, 3.ºs oficiais, provisórios, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem o cargo de 2.º oficial, interino.

Guiomar de Fátima Barbosa Amado Tavares e Maria da Conceição Lopes Moniz Napezo, aspirantes, interinos, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, mediante concurso, aspirantes, definitivos, da mesma Direcção-Geral.

Guiomar de Fátima Barbosa Amado Tavares e Maria da Conceição Lopes Moniz Napezo, aspirantes, de nomeação definitiva e Tibúrcio Pereira Moreira, Albertina Nascimento Fortes, Lígia Filomena Spencer Silva e Maria Ivone Gomes Semedo, aspirantes, provisórios, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem o cargo de 3.º oficial, interino, da mesma Direcção-Geral.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 4 de Setembro de 1981).

António Pedro Lima dos Reis — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de zelador do quadro da Direcção-Geral da Administração Interna.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 8 de Setembro de 1981).

De 22:

Josefina Monteiro Vaz Semedo, Maria da Conceição Rodrigues Moreira, Maria Paula Ferreira, Armanda Fortes, Cármem Maria Sousa Santos, Maria Fernanda Barbosa Vicente, Francisco José Silva dos Reis e Aídea Beatriz Lubrano, escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe, interinos, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeados, mediante concurso, escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe, provisórios, da mesma Direcção-Geral.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 35.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 4 de Setembro de 1981).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 3 de Novembro de 1980:

Maria Filomena Lima Ramos — nomeada para exercer as funções de professora de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961.

De 3 de Janeiro de 1981:

Henrique António Silva — nomeado para exercer as funções de professor de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961.

De 9 de Março:

Maria de Fátima de Brito da Cruz — nomeada para exercer as funções de professora de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961.

De 25 de Maio:

Teresa de Jesus Miranda Semedo — nomeada para exercer as funções de professora de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961.

Os nomeados devem entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 26 de Agosto de 1981).

De 23 de Junho:

Maria do Coração de Jesus Hungria Silva da Luz, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão, correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeitos a partir de Junho de 1981.

Maria das Dores Veiga dos Santos, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão, correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79 de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeitos a partir de Abril de 1981.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 28.º, artigo 198.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 1 de Setembro de 1981).

De 13 de Julho:

Maria da Conceição Tavares Delgado — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa, da Inspeção-Geral do Ministério da Educação e Cultura.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 36.º artigo 259.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 10 de Setembro de 1981).

De 17:

Estêvão Tavares de Almeida, professor de posto escolar, contratado — concedido a mudança de escalão, correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeitos a partir de Abril de 1981.

Angelina Silva Gomes, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão, correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeitos a partir de Julho de 1981.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 1 de Setembro de 1981).

Maria Filipa Rodrigues Lobo, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão, correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeitos a partir de Julho de 1981.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Setembro de 1981).

De 27:

Valdemar da Rosa Barbosa, professor de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão, correspondente à 1.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «Q», com efeitos a partir de Fevereiro de 1981.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 1 de Setembro de 1981).

De 4 de Agosto:

Maria Augusta Alves de Oliveira Antunes, professora do ensino primário, contratada — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «L», com efeitos a partir de Fevereiro de 1981.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 28.º, artigo 198.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Setembro de 1981).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 7 de Março de 1981:

Firmino Andrade Monteiro — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de controlador de tráfego aéreo auxiliar do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Agosto de 1981).

De 12 de Maio:

António Boaventura Monteiro Tavares — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de operador de telecomunicações aeronáuticas de 3.ª classe do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente, do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

De 14 de Julho:

Fernando José Oliveira — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de auxiliar de 3.ª classe do quadro do pessoal auxiliar dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 1 de Setembro de 1981).

De 16:

Manuel Filomeno de Jesus Vaz Afonso, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Marinha e Portos — exonerado, a seu pedido, do referido cargo a partir da data em que tomar posse na Empresa Pública de Fomento Agro-Pecuário.

De 27:

Júlio César da Conceição Évora dos Santos, 3.º oficial, provisório, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações — nomeado para, definitivamente exercer o referido cargo, nos termos do § 2.º do artigo 28.º, conjugado com o artigo 118.º, ambos do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrito no capítulo 2.º artigo 2.º do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 31 de Agosto de 1981).

De 7 de Agosto:

Determina a seguinte constituição do júri a funcionar no concurso de provas práticas para promoção à categoria de sub-chefe da Polícia Marítima de Cabo Verde, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 26, de 27 de Junho último:

Presidente — Capitão dos Portos;

Vogal — Chefe de secretaria da Capitania dos Portos;

Secretário — João Jansénio Ramos, 3.º oficial, interino.

As provas práticas terão lugar na Capitania dos Portos, em S. Vicente, pelas 09 00 horas do próximo dia 17 de Setembro.

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 6 de Julho de 1981:

Maria de Fátima Silva Sanches — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do quadro dos Tribunais Judiciais, ficando colocada no Tribunal Sub-Regional do Sal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 33.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 1 de Setembro de 1981).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 10 de Agosto de 1981:

Sónia Jamila Leite Schofield, filha da professora do ensino primário, Maria do Livramento L. Leite Schofield — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barla-

vento, emitido em sessão de 30 de Julho de 1981, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior para continuar tratamentos em oftalmologia, por estarem esgotados os recursos locais de terapêutica e haver perigo de incapacidade permanente com a estadia no País».

Obs. Dada a sua menoridade deve ser acompanhada pela mãe.

De 18:

Maria Helena Sanches Monteiro — assalariada para, nos termos do artigo 51.º, do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada na Delegacia de Saúde de Tarrafal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 17.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Setembro de 1981).

De 21:

Anselmo da Ressureição T. L. dos Santos, aspirante, interino, da Direcção-Geral das Alfândegas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado com máxima urgência para o exterior, para um centro de neurocirurgia por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento.

«Evacuar para Portugal com a máxima urgência».

Obs.: Deve ser acompanhado por um enfermeiro, e de maca.

De 1 de Setembro:

Constantino Évora Tavares Semedo, filho da servente de 1.ª classe da Direcção-Geral da Função Pública Maria Luisa Évora Tavares — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado com máxima urgência para o exterior para um centro de cirurgia cardiovascular por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e a sua vida correr perigo com a permanência neste Estado».

«Evacuar com máxima urgência para Portugal».

Obs. Por ser menor deve ser acompanhado por elemento de família.

Despacho do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas:

De 1 de Setembro de 1981:

João Baptista Correia Lopes, operário qualificado de 3.ª classe (soldador a electrogéneo) da Direcção Geral das Obras Públicas — concedidos seis meses de licença registada.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento:

De 18 de Agosto de 1981:

Maria de Lourdes Fernandes Lopes — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Estatística.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 88.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 1 de Setembro de 1981).

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 4 de Julho de 1981:

Francisco Pereira — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de oficial estagiário da Direcção-Geral das Alfândegas, onde fica colocado.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 15.º, artigo 118.º, do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 22 de Julho de 1981).

Despacho do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 18 de Agosto de 1981:

Jorge Rodrigues Pires, escrivão de Direito de 1.ª classe, ora desempenhando as funções de notário de 1.ª classe, em comissão ordinária de serviço — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
Serviço militar...	1	7	1

De 1 de Março de 1960 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo...

18	4	28
----	---	----

Aumento de 30% relativo ao período de 22 de Janeiro de 1970 a 4 de Julho de 1975, ao abrigo do Decreto n.º 35 567, de 30 de Março de 1946, aplicável por força do Decreto n.º 36, de 14 de Julho de 1977...

1	7	18
---	---	----

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Julho de 1981	6	—	27
---	---	---	----

Soma	27	8	14
------	----	---	----

Despacho do Camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública, por delegação do Camarada Ministro do Interior:

De 4 de Agosto de 1981:

Augusto Bernardino Fortes Pinheiro, Júnior, 3.º comissário da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, da Sede da mesma Direcção, para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Vicente.

Despacho do Camarada Secretário-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 24 de Agosto de 1981:

Manuel Domingos dos Reis, agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 14 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço se encontram justificadas. Deve ficar em tratamento ambulatorio».

Teodora Augusta Santos Sapinho E. Monteiro, professora de posto escolar — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Apta a retomar as suas funções. Deve ficar vinculada a consulta externa do Hospital da Praia».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Sotavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 14 de Agosto de 1981:

José António Vieira Vasconcelos, aprendiz de impressor da Imprensa Nacional — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Janeiro de 1981, que é do seguinte teor:

«Apto a reatar as suas funções. Ao trabalhar com máquinas deverá sempre estar acompanhado por um outro colega».

Alda Leopoldina Duarte, filha do chefe de oficina da Imprensa Nacional de Cabo Verde, Carlos Alberto G. Duarte — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Julho de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Deve ficar vinculada a consulta de cirurgia».

Sandra Marise Amado Pereira, filha do motorista da EMPA, Armindo Dias Pereira — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Julho de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Deve ficar vinculada à consulta de pediatria».

De 24:

Ana Josefina Santos Sapinho, filha da enfermeira-chefe da Direcção-Geral de Saúde, Josefina Augusta Sapinho Rodrigues — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Deve ficar vinculada à consulta de oftalmologia do Hospital da Praia».

De 31:

Péricles José da Veiga, filho do capitão das FARP, José Gomes da Veiga — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentado. Regressa a procedência».

Zaida Manuela Neves de Almeida F. Freire, esposa do professor contratado do Ministério da Educação e Cultura, Júlio César D. Freire — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Apta a reatar as suas funções. Deve ficar ligada a consulta de oftalmologia».

Wilma Benchimol Prazeres, filha do 2.º oficial do Ministério da Educação e Cultura, Maria José dos Reis Mascarenhas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Apresentada».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 9 de Junho de 1981:

Armando Gomes Almeida, operador de máquinas pesadas, da Junta Autónoma dos Portos — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 4 de Junho de 1981, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra em tratamento desde 24 de Março do ano corrente devendo ser presente à consulta do médico assistente a fim deste informar a Junta da sua capacidade para o trabalho:

De 9 de Junho:

João de Deus Ramos, agente de 1.ª classe da Polícia Económica Fiscal — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 4 de Junho de 1981, que é do seguinte teor:

«Deverá regressar a esta Junta com parecer clínico do médico assistente».

De 8 de Agosto:

João Évora Ribeiro, agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública, do Ministério do Interior — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 6 de Agosto de 1981, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado sejam consideradas justificadas as faltas dadas de 19 de Junho a 18 de Julho do ano corrente».

Antero Lima Coelho, chefe da secretaria da SCAPA — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 25 de Junho de 1981, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado sejam concedidos noventa dias de licença para tratamento e convalescença, findos os quais deverá voltar a esta Junta.

Obs: Regressado de Portugal.

Deliberação do Conselho Deliberativo da Boa Vista:

De 6 de Junho de 1981:

Luís Mateus da Fátima Ramos Almeida da Graça — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de condutor-auto de 3.ª classe, do Secretariado Administrativo do Concelho da Boa Vista.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento do Secretariado Administrativo de Boa Vista para o ano de 1981.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 31 de Setembro de 1981).

Lista de classificação final dos candidatos ao concurso documental para o preenchimento de uma vaga na categoria de técnico profissional de 1.º nível do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação, do Ministério da Justiça, aberto por anúncio publicado no

Boletim Oficial n.º 15/81, de 11 de Abril, homologado por despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 8 de Setembro de 1981:

- 1.º Francisco David Lima a);
- 2.º Mário dos Santos Marques.

a) Por ter maior tempo de serviço prestado na Função Pública.

Lista de classificação do único candidato ao concurso de provas práticas para o preenchimento de uma vaga de 3.º oficial do quadro de pessoal da Secretaria Geral do Governo, homologada por despacho do Camarada Primeiro Ministro, de 20 de Agosto de 1981:

Maria Gabriela Barreto Pereira 11,5 valores

Lista dos candidatos admitidos ao concurso para preenchimento dos lugares abaixo indicados, do quadro da Direcção do Trabalho, conforme anúncio publicado no Boletim Oficial n.º 20, de 16 de Maio de 1981:

Fiscais de trabalho de 1.ª classe:

José Custódio da Rocha Silva.

Fiscais de trabalho de 3.ª classe:

David Monteiro Freire de Carvalho.

Escriturários dactilógrafos de 2.ª classe:

Ana Piedade Almeida Lopes.

António Fonseca dos Santos.

António José Semedo Correia.

Dulcina Agueda Fortes Évora.

Maria Belmira Pinto Correia e Silva.

Joana Maria da Luz.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que foram homologados, por despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, de 11 de Agosto de 1981, os seguintes programas de concurso abertos na Direcção do Trabalho, por anúncio publicado no Boletim Oficial n.º 20/81, de 16 de Maio:

Para fiscais de trabalho de 3.ª classe:

- Legislação do trabalho vigente na República de Cabo Verde.
- Regulamento e atribuições da Inspeção do Trabalho.

Estatuto do Funcionalismo:

- Direitos e deveres dos funcionários.
- Formas de provimento.
- Infracções disciplinares.
- Processos comuns.
- Processos especiais.
- Recursos.
- Licenças.
- Programa do P.A.I.C.V.

Para fiscais de trabalho de 1.ª classe:

- O programa para fiscais de 3.ª classe.
- Conflitos de trabalho — greves e lock-out.
- Higiene e segurança no trabalho.
- O papel do Sindicato na vida laboral.
- Tribunais de trabalho.

- Conceito de Direito Administrativo.
- Hierarquia das leis.
- Aposentação e reforma.
- Constituição da República de Cabo Verde.

Para espcriturários-dactilógrafos de 2.ª classe.

- Cópia de um texto com o mínimo de 250 palavras (prova de máquina).
- Ditado.
- Geografia de Cabo Verde.
- Programa do PAICV (noções fundamentais).

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacta no *Boletim Oficial* n.º 28/81, a publicação da lista de transição do Pessoal contratado dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, novamente se publica na parte que interessa, o seguinte:

Onde se lê:

8. Pessoal de prevenção:

Abel Tavares — guarda de 3.ª classe — X, contratado.

Deve ler-se:

Amílcar Vieira Tavares — guarda de 3.ª classe — X, contratado.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 11 de Setembro de 1981. — Pelo Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*, Director de 1.ª classe.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

ANÚNCIO DE CONCURSO

Por despacho do Camarada Ministro da Justiça de 31 de Julho de 1981, se torna público que pelo prazo de 45 dias, a contar da publicação do presente anúncio, no *Boletim Oficial*, se acha aberto concurso de provas praticas para o preenchimento de vagas de aspirante e espcriturários-dactilógrafos, do quadro da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciais, para os quais poderão candidatar-se:

Para o concurso de aspirante:

- a) Os aspirantes interinos dos diversos quadros do Ministério da Justiça;
- b) Os cidadãos cabo-verdianos habilitados com pelo menos o 3.º ano do curso geral dos liceus ou equivalente, com mais de 18 anos e menos de 35 anos de idade, excepto tratando-se de funcionários;

Para concurso de espcriturário-dactilógrafo:

- a) Os espcriturários-dactilógrafos, interinos, dos diversos quadros do Ministério da Justiça;
- b) Os cidadãos cabo-verdianos com mais de 18 e menos de 35 anos de idade e habilitados com pelo menos o 2.º ano do ciclo preparatório.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 3 de Setembro de 1981. — Pelo Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*, Director de 1.ª classe.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios

Notas Estrangeiras

Cotações de Câmbios

Em 7/9/81

N.º 53/81

Notas	Zompra	Venda
Africa do Sul ... Rand	40\$69	46\$80
Alemanha ... Marco	20\$29	22\$04
América 1 e 2 ... Dólares	48\$67	52\$89
América 3 a 1000 .. Dólares	49\$17	53\$39
Austria ... Xeim	2\$29	3\$15
Bélgica ... Franco	1\$15	1\$25
Canadá 1 e 2 ... Dólares	40\$52	44\$05
Canadá N. Grandes Dólares	41\$02	44\$55
Dinamarca ... Coroa	6\$49	7\$05
Espanha ... Peseta	\$473	\$515
Finlandia ... Markka	10\$91	11\$85
França ... Franco	8\$46	9\$20
Holanda ... Florim	18\$28	19\$85
Inglaterre ... Libra	90\$65	98\$42
Itália ... Lira	\$037	\$040
Japão ... Iéne	\$195	\$212
Noruega ... Coroa	8\$12	8\$82
Senegal ... C. F. A.	\$169	\$184
Suécia ... Coroa	9\$45	10\$27
Suíça ... Franco	23\$37	25\$38
Portugal ... Escudo	\$749	\$814

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios na Praia, 7 de Setembro de 1981. — Pela Direcção, *Antão Lopes da Luz*.

ANÚNCIO DE CONCURSO

1. Com autorização superior, se faz público que na Direcção-Geral de Marinha e Portos de Cabo Verde, esá aberto concurso documental e de provas praticas, pelo prazo de 45 dias a contar do dia imediato ao da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial* para provimento de 3 vagas de espcriturários-dactilógrafos existentes no quadro (1 com colocação no Departamento Marítimo de Sotavento) e dos que venham a dar-se no período de dois anos, aos quais serão admitidos individuos de ambos os sexos, de idade compreendida entre os 18 e 35 anos, habilitados com o fim do Ciclo Preparatório ou equivalente.

2. Os requerimentos pedindo admissão ao concurso, com as assinaturas reconhecidas por notário, deverão ser dirigidos ao Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações, e entregues na sede dos Serviços em S. Vicente e na secretaria do Departamento Marítimo de Sotavento na Praia, acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Certidão de idade;
- b) Certidão de habilitações literárias;
- c) Apresentação de bilhete de identidade que será devolvido aos interessados depois de conferido.

As provas praticas serão prestadas na secretaria da Direcção-Geral de Marinha e Portos em S. Vicente, em dia e hora a indicar oportunamente e consistirão no seguinte:

Deveres e direitos dos funcionários, disciplina, cumprimento de ordem; sigilo, correspondências e arquivo.

Noções gerais sobre a Constituição Política do Estado de Cabo Verde.

Dactilografia; ditado com cerca de 250 palavras; cópia de um documento; elaboração de um mapa.

3. Para efeitos de nomeação os candidatos aprovados que venham a ser nomeados entregarão os restantes documentos legamente exigidos.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 7 de Setembro de 1981. — Pelo Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*, Director de 1.ª classe.